

Função Paterna: Limite, Lei e a Travessia para o Social

Por Carlos Colect

A função paterna não é uma atribuição biológica do homem, mas uma posição simbólica fundamental para o desenvolvimento psíquico saudável. Ela se torna crucial a partir de um momento específico da infância: quando a criança começa a se diferenciar da figura materna, saindo da simbiose e descobrindo que existe um mundo para além da fusão emocional inicial.

Segundo Freud, esse movimento começa na fase anal (entre 1 ano e meio e 3 anos), quando a criança começa a desenvolver o controle dos esfíncteres e o prazer passa a estar relacionado com retenção e expulsão. Essa etapa envolve a experiência do limite, da frustração e da regulação do próprio corpo — funções que já exigem uma instância psíquica que vá além do acolhimento: é preciso autoridade e separação.

Erik Erikson define esse mesmo período como o momento do conflito entre autonomia vs. vergonha e dúvida. Aqui, a criança começa a explorar, experimentar escolhas e perceber sua própria vontade. A presença da função paterna é essencial para oferecer referência externa, segurança simbólica e contenção para que a criança desenvolva vontade própria com responsabilidade.

Essa função continua sendo decisiva nas etapas seguintes:

— **Fase fálica (3 a 6 anos – Freud) / Iniciativa vs. culpa (Erikson):** a criança começa a se identificar com figuras parentais e precisa de limites claros para entender o que pode e o que não pode. O pai simboliza a lei que impede a onipotência.

— **Fase de latência (6 a 11 anos – Freud) / Indústria vs. inferioridade (Erikson):** a criança entra na escola, enfrenta regras sociais, desenvolve habilidades e busca reconhecimento. A função paterna aqui sustenta a noção de mérito, esforço e capacidade de agir no mundo.

— **Fase genital (adolescência e vida adulta – Freud) / Identidade vs. confusão (Erikson):** o sujeito busca seu lugar no mundo, constrói sua identidade, lida com desejos sexuais e projetos futuros. A figura do pai simboliza o futuro, o ideal e a referência fora de casa.

A função paterna é, portanto, o portal que conduz o sujeito da esfera do emocional para a dimensão do social e da cultura. Ela ensina que há outros, que há tempo, que há espera, que há regras. Ela rompe a simbiose mãe-filho e afirma: “Você não é tudo, e o outro também importa.”

E o que acontece quando essa função está ausente ou esvaziada?

O sujeito perde o eixo. Não há limite, não há espera, não há regulação. A frase contemporânea “Você pode ser tudo o que quiser” se torna uma armadilha quando não há estrutura simbólica para suportar a frustração do que não se é. A ausência da função paterna gera:

- Falta de autonomia verdadeira
- Predomínio da vergonha, da dúvida e da culpa
- Incapacidade de lidar com frustrações
- Perda de produtividade e realização
- Falta de identidade e de um lugar no mundo
- Incapacidade de deixar um legado (ausência de geratividade)
- Sentimento de desespero e esvaziamento existencial

A função paterna é a base do princípio de autoridade saudável — não como autoritarismo, mas como estrutura interna que permite o sujeito se posicionar no mundo com vontade, força e responsabilidade. Quando essa função é negligenciada, temos uma sociedade de adultos sem régua, sem referência, emocionalmente frágeis, em busca de validação constante, mas sem raiz interna que os sustente.

Em tempos de hiperindividualismo e desconstruções familiares, repensar e resgatar a função simbólica do pai é um ato urgente. Não se trata de defender modelos rígidos, mas de recuperar o que é essencial à estruturação psíquica e social do sujeito.

Sem pai simbólico, não há travessia. Sem travessia, não há mundo.